

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.622 - RS (2019/0033558-9)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
SUSCITANTE : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE DOIS IRMÃOS - RS
INTERES. : SHEILA ELLWANGER
ADVOGADOS : THAÍS ENGELMANN TEIXEIRA ALLES - RS084444
GRAZIEMA MÉLO SAMUEL - RS088439
DAIANE DE FIGUEIREDO MATTJE - RS094296
INTERES. : FABIO ALEX SCHNEIDER
ADVOGADOS : MIGUEL FRANCISCO RUWER - RS028231
ÂNGELA KLEIN E OUTRO(S) - RS061578
ANA PAULA BENDER - RS081728B

EMENTA

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA COMUM ESTADUAL E JUSTIÇA TRABALHISTA. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONDENAÇÃO PESSOAL DO CAUSADOR DO DANO. JUSTIÇA COMUM ESTADUAL.

1 - Compete à Justiça Comum Estadual julgar ação de compensação por danos morais fundada em ato ilícito ocorrente entre colegas de trabalho, sem que a empregadora seja também demandada, ainda que praticado no ambiente de trabalho.

2 - Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara Única de Dois Irmãos - RS.

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência entre o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, suscitante, e o JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE DOIS IRMÃOS - RS, suscitado.

Ação: de compensação por danos morais, ajuizada por SCHEILA ELLWANGER, em desfavor de FABIO ALEX SCHNEIDER, em decorrência de ter sido assediada moralmente quando trabalharam juntos na empresa Madeireira Herval Ltda.

Manifestação do juízo suscitado: declarou, de ofício, a incompetência absoluta da Justiça Comum e determinou a remessa dos autos à Justiça do Trabalho, ao argumento de que compete a ela julgar ações oriundas da relação de trabalho.

Manifestação do juízo suscitante: suscitou o conflito de competência, porquanto a autora pleiteia a condenação pessoal do causador do dano, o que afasta a competência da Justiça Trabalhista.

Parecer do MPF: o i. Subprocurador-Geral da República, Dr. Renato Brill de Goes, opinou pela ausência de interesse do *parquet* de atuar nos autos.

RELATADO O PROCESSO, DECIDO.

Depreende-se da leitura da petição inicial que a causa de pedir versa sobre ofensas supostamente praticadas pelo Réu à Autora consistente em assédio moral quando trabalharam junto na empresa Madeireira Herval Ltda.

A 2ª Seção do STJ pacificou o entendimento no sentido de que compete à Justiça Comum Estadual julgar ação de compensação por danos morais fundada em ato ilícito ocorrente entre colegas de trabalho, sem que a empregadora seja também demandada, ainda que praticado no ambiente de trabalho. Confira-se: CC 131.350/RJ, Rel. Min. Raul Araújo, DJe de 16/05/2014, CC 115.414/PR, de minha relatoria, DJe de 13/04/2011, CC 110.974/SP, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, DJe 23/11/2010.

Forte nessas razões, conheço do conflito e declaro competente o JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE DOIS IRMÃOS - RS.

Publique-se. Intimem-se. Oficie-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora